

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ECONOMIA POLÍTICA – PUC-SP**



**TEXTO PARA DISCUSSÃO**

**Junho de 2024**

**Influência da desigualdade regional nas  
relações internacionais: uma análise do caso  
italiano**

Vitória Batista Santos Silva et al

# Influência da desigualdade regional nas relações internacionais: uma análise do caso italiano<sup>1</sup>

Vitória Batista Santos Silva<sup>2</sup>  
Larissa Lugli Hidalgo Gonçales<sup>3</sup>  
Paulo Roberto Januzi<sup>4</sup>  
Joaquim Carlos Racy<sup>5</sup>

## Resumo

O objetivo desta pesquisa foi verificar como as desigualdades regionais italianas persistiram após a unificação e quais são as consequências econômicas para o país e para a Europa, no âmbito das relações internacionais e considerando o pertencimento à União Europeia. A originalidade do estudo consiste em expor o impacto das desigualdades internas a um país e a forma como podem influenciar na performance de um bloco de países. O estudo de Eckaus (1960) fornece dados pertinentes para avaliação da situação econômica e social da Itália à época da unificação, e foi utilizado como um dos parâmetros neste estudo. O método utilizado foi a análise exploratória e a pesquisa fenomenológica, baseadas em dados históricos e econômicos, tendo como principais fontes de informação o banco de dados da União Europeia (EUROSTAT) e o *Istituto Nazionale di Statistica* (ISTAT) para dados sobre a Itália segregados por região. Os resultados indicaram que as desigualdades entre Norte e Sul da Itália existiam antes da unificação e se intensificaram ao longo do século XX. Destaca-se a necessidade de políticas que atenuem as disparidades econômicas e sociais entre as regiões italianas, a fim de promover desenvolvimento econômico de maneira menos discrepante.

**Palavras-chave:** Itália; *questione meridionale*; *economia del mezzogiorno*; unificação; desenvolvimento econômico regional.

## Abstract

The objective of this research was to verify how Italian regional inequalities persisted after unification and what the economic consequences are for the country and Europe, within the scope of international relations and considering membership of the European Union. The originality of the study lies in exposing the impact of internal inequalities within a country and how they can influence the performance of a block of countries. The study by Eckaus (1960) provides pertinent data for evaluating the economic and social situation of Italy at the time of unification, and it was used as one of the parameters in this study. The method used was exploratory analysis and phenomenological research,

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional – NACI da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

<sup>2</sup> Economista, Mestre em Economia e Mercados e professora de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia e Escrita.

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Contribuição: Curadoria de dados e Escrita.

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas (FECAP), em Geografia (UNIP), e especialista em Finanças (FECAP), em Controladoria (FECAP), e em Engenharia e Gestão de Processos de Negócios (UFRJ). Contribuição: Curadoria de dados.

<sup>5</sup> Economista, Cientista Social, Mestre e Doutor em História. Professor da graduação e da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e líder do NACI. Contribuição: Supervisão e Administração do projeto.

based on historical and economic data, with the main sources of information being the European Union database (EUROSTAT) and the *Istituto Nazionale di Statistica* (ISTAT) for segregated data on Italy, by region. The results indicated that inequalities between North and South Italy existed before unification and intensified throughout the 20th century. The need for policies that mitigate economic and social disparities between Italian regions is highlighted, to promote economic development in a less disparate manner.

**Keywords:** Italy; questione meridionale; economia del mezzogiorno; unification; regional economic development.

## **Introdução**

Desde a unificação em 1861 é possível observar que a Itália conserva diferenças significativas entre Norte e Centro em relação ao Sul do país, justamente em razão de terem sido unidas regiões que já guardavam diferenças culturais, linguísticas, econômicas e sociais entre si. A industrialização e as políticas econômicas direcionadas para cada uma das regiões são fatores chave para a compreensão a respeito de como o país se desenvolveu após a unificação.

Nesse sentido, a pergunta que norteia esta pesquisa é de que forma as desigualdades regionais se perpetuaram na Itália após a unificação, e quais as principais consequências econômicas para o país e para a Europa, do ponto de vista das relações internacionais? O objetivo é entender de que forma as diferenças de desenvolvimento entre as regiões da Itália influenciaram na economia italiana, e quais são as consequências para a Europa no que se refere ao papel da Itália em relação aos demais países europeus. Parte-se do pressuposto de que a desigualdade regional doméstica observada na Itália impactou negativamente o desenvolvimento não apenas do país especificamente, mas da União Europeia como um todo. Mais especificamente, esta pesquisa se propõe a avaliar o processo histórico que levou à unificação italiana em 1861.

O método empregado para a realização da pesquisa será a análise exploratória, cujo objetivo é buscar melhor compreensão acerca de determinado assunto, além do caráter fenomenológico, dado que concentra-se na avaliação do caso específico da Itália. Ademais, classifica-se a presente pesquisa também como fenomenológica, considerando que avalia características específicas de um acontecimento observado em um país, em determinado momento da história, sem a preocupação com a generalização de resultados. Como principais fontes de dados para avaliar, além das pesquisas precedentes sobre o assunto (artigos científicos e livros, que existem em grande quantidade para discutir o assunto mencionado), dados de séries históricas disponíveis, consultando desde fontes

que possibilitam a comparação entre países da União Europeia, como é o caso da base estatísticas da União Europeia (EUROSTAT), até as fontes que trazem os dados segregados por regiões da Itália, considerando o *Istituto Nazionale di Statistica* (ISTAT) como o principal deles.

Para além desta introdução, este estudo é composto por mais quatro seções. Na primeira são apresentadas algumas das principais teorias que abordam a questão das diferenças de desenvolvimento regional e os impactos para as relações internacionais, tanto do ponto de vista econômico como a partir da ótica social. Na sequência, é apresentado o método da pesquisa. Em seguida, a seção de resultados e discussão está subdividida em quatro partes, a primeira explicando o processo de unificação italiana, a segunda ressaltando as diferenças observadas entre Norte e Sul já na época da unificação, a terceira apresentando o papel da Itália no contexto de atuação da União Europeia, e a última relacionando as anteriores, e apresentando os resultados da aplicação dos conceitos teóricos para a compreensão do objetivo da pesquisa. Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

Espera-se que esta pesquisa possa auxiliar no entendimento de como as desigualdades domésticas merecem atenção não apenas de um país, mas dos países vizinhos, considerando que caminha-se para uma economia cada vez mais globalizada e integrada, na qual os efeitos de um acontecimento pontual são sentidos em diversas esferas.

## **1. Referencial teórico**

Ao analisar a história econômica é possível perceber que as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões de um país é algo que faz parte da história tanto dos que estão em desenvolvimento como dos considerados desenvolvidos. O primeiro aspecto que justifica essas discrepâncias de desenvolvimento regional é que os recursos utilizados para a produção não estão homogeneamente distribuídos pelos territórios, e há vários outros fatores que favorecem a escolha pela produção de determinada mercadoria em uma região além da disponibilidade de recursos, como características climáticas, do relevo, preferências dos consumidores, entre outros.

Entretanto, o esperado é que o Estado e os demais agentes envolvidos no processo produtivo busquem aproveitar ao máximo os recursos, a infraestrutura e as condições disponíveis para extrair resultados econômicos eficientes do que é produzido. Além disso, políticas de crédito e redistribuição de renda, investimentos em infraestrutura, concessão

de incentivos/subsídios, entre outras medidas, podem ser aplicadas a fim de mitigar os efeitos que a desigualdade pode causar para o desenvolvimento de um país e/ou região.

Do ponto de vista das relações internacionais, várias teorias já procuraram explorar de que forma o desenvolvimento interno de um país pode impactar sua atuação como agente econômico no contexto internacional. Uma teoria que busca oferecer explicações para esse fenômeno é a Teoria da Modernização, que tem início com a discussão proposta por Rostow (1965), cuja ideia central é a de que o desenvolvimento econômico de um país ocorre por fases, que se sucedem de forma gradual, considerando a premissa de que todos os países podem atingir o desenvolvimento com base no exemplo dos países industrializados. Dessa forma, seria possível que a política externa dos países fosse ficando mais previsível a cada fase de desenvolvimento, o que em tese facilitaria a sua relação com os demais países.

Entretanto, uma fragilidade dessa teoria é que ela não considera que essa modernização pode não ocorrer de forma homogênea em todas as regiões de um país, o que pode levar às desigualdades regionais internas. Gilman (2018) explica que essa teoria foi bastante influente nos Estados Unidos durante os anos 1950, mas passou a ter menor destaque a partir dos anos 1970, sem que isso significasse que ela desapareceria, dado que continuou presente no pensamento de muitos teóricos por ao menos cinquenta anos após seu ápice.

Outro exemplo dessa tentativa de explicar o impacto de problemas internos em âmbito internacional foi a chamada Teoria do Estado Falido, que de forma geral busca atribuir ao Estado a fraqueza em controlar as variáveis econômicas, sendo que uma das possíveis consequências pode ser a de não garantir uma maior equidade distributiva dentre as regiões de um país.

O marco teórico para a discussão dessa teoria foi o artigo de Helman e Ratner (1992), que avalia principalmente o caso de países em desenvolvimento no que se refere à diferenças de desenvolvimento entre países, indicando que fatores como a falta de experiência no governo, a fraqueza das instituições, além de conflitos étnicos e da falta de estabilidade política podem ter contribuído para a situação econômica observada nesses países, com desigualdades ao longo do território.

O estudo de Siqueira (2019) esclarece que existem alguns índices que mensuram a fragilidade dos Estados, e explora o conceito de “estado falido” com base nos indicadores disponibilizados pelo *Fragile State Index* do *Fund for Peace*, que elabora anualmente

doze indicadores que avaliam todos os países com relação a aspectos econômicos, sociais, políticos e de coesão. O mencionado índice pode ser uma forma de visualizar quais as principais fragilidades de determinado país que podem ser consideradas entraves para atingir maior igualdade econômica e social.

Por meio de uma análise crítica, entende-se que várias podem ser as classificações entre um Estado “saudável” e um Estado “falido”, mas é preciso considerar que as categorias somente conseguem ser elaboradas com base na definição do que seria um Estado, e essa definição pode variar de acordo com o grau de desenvolvimento dos países analisados. Os resultados indicam que grande parte das definições de Estado fundamentam-se em uma visão eurocêntrica de desenvolvimento, apontando os países da Europa e os Estados Unidos como países mais desenvolvidos, de forma que não podem ser aplicadas para o entendimento do conceito de Estado de maneira mais ampla (Siqueira, 2019). Vale mencionar que a Teoria do Estado Falido recebeu várias críticas, sendo que as principais enfatizam a maneira como a análise simplifica a realidade e a complexidade envolvida no fenômeno das desigualdades regionais, além de atribuir unicamente ao Estado a responsabilidade pelas desigualdades observadas.

Call (2008), que identifica problemas no uso do termo “Estado falido”, explica que há uma agregação de Estados na análise, como se todos eles pudessem ser avaliados utilizando os mesmos parâmetros, o que não se confirma quando são avaliados fatores históricos e culturais de cada local. Ademais, se os parâmetros forem os mesmos, sugere-se ainda um mesmo caminho para a solução dos problemas nos diversos países, o que não é possível de ser aplicado na realidade. Por fim, ressalta que tanto na Teoria da Modernização como na Teoria do Estado Falido, parte-se do pressuposto de existe um objetivo que deve ser almejado pelos países, e que a concepção desse objetivo é muito influenciada pela visão ocidental do que seria um Estado forte – o que é endossado pelo argumento já mencionado de Siqueira (2019) a respeito do juízo de valor que está presente na definição de Estado.

Do ponto de vista econômico, uma teoria que é lembrada quando menciona-se a questão da desigualdade de recursos disponíveis pelos países é a teoria das vantagens comparativas de Ricardo (1996), que explica que cada país seria levado a especializar-se na produção do que resultasse no menor custo de oportunidade, considerando os fatores de produção disponíveis – tais como capital e trabalho. Adaptando a teoria para o nível regional, é possível aplicá-la ao caso do desenvolvimento econômico italiano,

argumentando que cada região especializou-se na produção da que em que possuía maiores vantagens comparativas, ou menores custos de oportunidades.

No entanto, o problema dessa abordagem seria considerar apenas aspectos dos recursos de produção disponíveis para justificar o atraso em termos de desenvolvimento de uma região em comparação a outra, visto que seriam desconsiderados nessa análise fatores históricos, culturais, e a possibilidade de aplicação de políticas de incentivo em setores da economia, políticas públicas com vistas a incrementar a qualidade de vida, e uma série de outros elementos.

Assim, embora do ponto de vista geopolítico seja possível considerar que as condições de desenvolvimento econômico de cada local sejam influenciadas pelo que cada localidade possui em termos de recursos produtivos, há que se considerar também que uma nação que aplica instrumentos que buscam a redução das desigualdades regionais mostra-se mais fortalecida do ponto de vista das relações internacionais, o que gera efeitos positivos para sua posição em blocos econômicos, no poder para influenciar decisões no âmbito da governança internacional, entre outros.

Outro elemento que gera interesse por essa abordagem é que quando há desigualdades regionais em um país é possível prever impactos sobre a política externa desse país, uma vez que desigualdades internas podem favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros, o que pode moldar a política externa para um determinado fim. Ademais, em países nos quais a desigualdade interna é muito elevada, a insatisfação social pode tornar-se um problema que influencia a formulação de políticas públicas e econômicas, além de trazer instabilidade política e incertezas para os demais países.

Kuznets (1955) aborda a relação entre as desigualdades e o crescimento de nações mais desenvolvidas, argumentando que, embora em um primeiro momento do estágio de desenvolvimento econômico fosse possível observar uma maior desigualdade, com o a busca pelo equilíbrio econômico e com o avanço tecnológico, no longo prazo seria possível observar uma redução das desigualdades. No entanto, essa teoria foi questionada por não explicar como são observados locais nos quais a desigualdade de renda se perpetua sem sinalizar sensibilidade a períodos de recessão ou crescimento econômico (Díaz, 2007). Embora essa teoria não possa ser aplicada exatamente ao objeto deste estudo, pode ajudar a entender de que forma as desigualdades podem evoluir com o passar

do tempo, e provocar reflexão acerca do papel das políticas públicas a fim de mitigar o cenário de determinados países.

Especificamente para a presente análise, é pertinente abordar ainda a teoria de List (1983), que ajuda a visualizar de que forma as políticas econômicas aplicadas podem impactar no desenvolvimento regional, atenuando ou intensificando as desigualdades ao longo da história de um país.

Izepão, Brito e Borges (2019) explicam que a teoria que contempla a definição do Sistema Nacional de Economia Política surgiu na tentativa de explicar o caso da Alemanha, que também passou por um processo de unificação, mais tardio que a Itália. No escopo da Escola Histórica Alemã, cujas características mais significativas indicam maior intervenção do estado na economia, enfatizando aspectos históricos da formação dos países, e centralizando as preocupações econômicas na questão do desenvolvimento econômico (Barbieri e Feijó, 2013), List contribui para o entendimento das razões pelas quais o modelo clássico não conseguia explicar as fragilidades econômicas que o país apresentava naquele momento da história.

Apesar de trazer uma abordagem fortemente fundamentada no aspecto protecionista da economia, a fim de atingir maior desenvolvimento econômico, a teoria de List (1983) pode ser útil em um primeiro momento para ajudar a identificar os elementos específicos do caso italiano que ajudam a explicar as desigualdades observadas ainda hoje entre o norte e o sul do país.

O pensamento de List (1983) admite uma série de fragilidades, principalmente no que se refere ao caráter mais individual de cada país. Pensadores mais liberais contrapõem a justificativa de que o desenvolvimento mais protecionista de cada país traria harmonia para as relações internacionais, argumentando que essa visão poderia inclusive gerar oposições em termos de interesse e afetar o comércio.

Vale mencionar ainda o pensamento de Porter (1990), que foca nas vantagens competitivas específicas como chaves para o desenvolvimento, defendendo que aspectos culturais, geográficos ou institucionais, além do papel da tecnologia, seriam determinantes para os resultados observados no desenvolvimento conjunto de um país. O diferencial aqui é a incorporação do papel das políticas que visam desenvolvimento de determinado setor ou região, intensificando os elementos observados como centrais para



o desenvolvimento econômico, levando em conta características culturais, sociais e históricas.

Porter (1990) explica que não é possível que uma nação seja competitiva em todos os ramos, e que características como a disponibilidade e a qualificação da mão de obra, a infraestrutura presente, bem como as relações entre as empresas e o ambiente no qual ocorrem precisam funcionar como fatores que impulsionam o desenvolvimento interno e, conseqüentemente, a influência do país em escala global.

Por meio da breve discussão anterior, é possível compreender dois aspectos principais para a análise desta pesquisa. O primeiro deles é que a existência de desigualdades dentro das fronteiras nacionais impacta significativamente nas relações internacionais de um país, prejudicando-o não apenas de forma isolada, mas também deixando de trazer ganhos potenciais para o conjunto de países/bloco econômico como um todo.

O segundo aspecto é que é preciso considerar características específicas de cada nação a fim de melhor compreender o que de fato causou e perpetua as desigualdades observadas, tais como características históricas, culturais, sociais e econômicas. É com base nas ideias discutidas nesta seção que serão atendidos os objetivos desta pesquisa, elencando os principais elementos que tiveram efeito para as desigualdades internas à nação italiana, bem como os principais impactos econômicos para os países com os quais a Itália se relaciona.

## **2. Método**

Esta pesquisa classifica-se, considerando os níveis de pesquisa social conceituados por Gil (2019), como análise exploratória, uma vez que busca incrementar a visão sobre determinado assunto, sem necessariamente buscar por respostas definitivas para determinada questão. Por outro lado, a pesquisa também caracteriza-se como um estudo qualitativo fenomenológico (Gray, 2012), dado que avalia especificamente o caso italiano, do ponto de vista histórico, econômico e social, situando a contribuição do país para o restante do continente europeu, e analisando como a desigualdade regional interna pode ter impactado a economia do bloco europeu.

Do ponto de vista teórico, serão aplicados conceitos econômicos e das relações internacionais para entender a relação da Itália com os demais países da Europa, e a contribuição econômica italiana de forma geral. Em termos de material utilizado para a

pesquisa, serão consultados artigos científicos que auxiliem no entendimento histórico da formação da Itália como nação, portanto, explorando os antecedentes e os resultados do processo de unificação que são sentidos até hoje.

Além disso, serão utilizados dados dos bancos de dados disponíveis nos principais órgãos de abrangência internacional, como é o caso da base de dados da União Europeia (Eurostat), entre outros. Para dados domésticos da Itália, o principal banco de dados considerado será o do *Istituto Nazionale di Statistica* (ISTAT), além de informações pertinentes da instituição *Banca D'Italia*.

### **3. Resultados e discussão**

Esta seção subdivide-se em quatro, cada uma dela com vistas a atender um dos objetivos específicos desta pesquisa, elencados na introdução. Portanto, a primeira seção discute o processo de unificação italiano. A subseção seguinte tem como foco a explicação dos motivos pelos quais as desigualdades se perpetuaram ao longo da história italiana; na sequência, é posicionado o papel da Itália frente aos demais países da União Europeia. Finalmente, são aplicados os conceitos de economia de relações internacionais com a finalidade de compreender de que forma as desigualdades regionais italianas impactaram economicamente o bloco europeu.

#### **3.1.Unificação italiana: antecedentes e resultados**

Duggan (2016) explica que entre 1848 e 1849 a Europa passava por um período de revoluções que resultaram em transformações em alguns Estados europeus, como França, Alemanha e Bélgica. Nesse período, já se observava uma grande diferença entre o Norte e o Sul da Itália. Enquanto a região Norte se destacava pela tecnologia e riqueza em produtos agrícolas, o Sul apresentava uma malha ferroviária menor e performance agrícola menos favorável, além de uma estrutura bancária bastante primitiva. Portanto, era esperado que a Itália não se desenvolvesse da mesma forma que os outros países europeus.

O governo propôs mecanismos visando alterações na estrutura social para garantir a prosperidade do país. Naquela época, as famílias liberais conhecidas eram predominantemente do Norte da Itália, assim como os proprietários de grandes extensões de terras. Seguindo a visão deles, o Estado deveria apenas facilitar e assegurar as atividades industriais. Já no Sul, não havia grandes proprietários de terras, ao menos não

na mesma frequência, e a região sofria com uma infraestrutura deficiente (Eckaus, 1960) e uma atuação estatal mais fragilizada.

Camilo Benso, conde de Cavour, era o primeiro-ministro à época, tinha uma inclinação mais liberal e conseguiu definir o que era necessário para a vida parlamentar da Itália unificada. No entanto, em termos sociais, ele era mais conservador. Sua filosofia política sustentava que a fé era o caminho para o progresso econômico, político e moral. Para ele, as revoluções traziam desordem e, para um progresso duradouro, era necessário que as mudanças fossem graduais, buscando um equilíbrio entre os extremos. Em relação à questão nacional, seu pensamento era contraditório, pois acreditava na importância do patriotismo, mas não na unificação da Itália. Para ele, era mais importante que a nação fosse independente e não necessariamente unificada, além de dar ênfase ao engrandecimento de Piemonte (Feo, 2013). De acordo com Paula (2008), Cavour representou a perspectiva liberal conservadora no processo de unificação italiana, enquanto o viés liberal democrático estava sintetizado em Giuseppe Mazzini – que fundou o movimento *Giovane Italia*, cujo objetivo era promover a independência e a unidade italianas, além de desempenhar papel relevante nos movimentos populares em favor da unificação – e Giuseppe Garibaldi.

O programa de Cavour tinha dois objetivos principais: 1) o lado econômico, para promover a agricultura e a indústria, criando uma infraestrutura moderna, principalmente no setor ferroviário; e 2) a diplomacia, que exigia a criação de uma base de poder político forte para garantir a independência. Cavour conseguiu conquistar e dominar a Câmara e seu próximo passo era dominar o reino. Cavour aumentou o incentivo ao comércio e à construção de ferrovias na região de Piemonte e da Ligúria, o que resultou em um aumento nos gastos públicos, levando a um aumento dos impostos e a uma enorme dívida pública. No entanto, essa política teve consequências positivas em outros setores, como o têxtil, o bélico, a navegação e a agricultura (Duggan, 2016).

Em 1856, Cavour tentou atrair Napoleão III com o objetivo de fazer guerra contra a Áustria para ampliar o norte da Itália e permitir que o papa liderasse toda a península. De acordo com Gastaldi (1989), a ideia de unificação para Cavour seria uma estratégia para acabar com a influência do império austríaco, além de estender o constitucionalismo a todos os estados italianos que passariam a fazer parte do país considerando novas bases em relação ao que havia sido estabelecido no Congresso de Viena.

Em 1858, eles se reuniram para discutir a guerra e concordaram em criar uma confederação italiana liderada pelo papa, dividida em quatro partes: 1) Piemonte assumiria o controle do norte; 2) um novo reino central seria formado ao redor de Toscana; 3) Roma e seus arredores ficariam com o papa; e 4) Nápoles permaneceria inalterada. No entanto, a guerra não se concretizou exatamente como planejado (Duggan, 2016).

Em 1860, embora as consequências da guerra não tenham sido as esperadas, a região de Piemonte foi expandida de fato. Conforme Ieva (2015) e Ricuperati (2015), pelos motivos discutidos, a unificação da Itália partiu de Piemonte, que era o que havia de mais próximo de um estado-nação existente então no espaço italiano. Vale ressaltar que essa região foi a única que conseguiu manter sua constituição, o *statuto*. Entre 1849 e 1860, o governo de Piemonte tentou convencer o rei Vittorio Emanuele II de que o poder executivo deveria responder ao parlamento, resultando em um relacionamento desconfortável entre o executivo e a câmara, além de gerar desconfianças de alguns partidos. Houve um acordo com a Áustria estipulando que a região central da Itália deveria ser reconstituída, afetando a credibilidade de Cavour.

Giuseppe Garibaldi se revoltou com as atitudes tomadas por Cavour. Na guerra de 1859, ele liderou os patriotas e percebeu sinais de fraude na Concessão de Nice. Garibaldi tinha a intenção de anexar Nice ao Reino da Sardenha como parte de seus planos para unificar a Itália. No entanto, a França, temendo a expansão do poder italiano, interveio e negociou a cessão de Nice e da região da Saboia em troca do apoio ao Reino da Sardenha na unificação italiana. Em 1860, um referendo foi realizado em Nice e na Saboia, e a maioria da população votou a favor da anexação à França. A perda de Nice foi uma decepção para Garibaldi e para muitos italianos, que viam a cidade como parte integrante da unificação italiana. No entanto, apesar dessa perda, Garibaldi continuou a desempenhar um papel importante no movimento pela unificação italiana, e sua contribuição para a formação do Estado italiano unificado é amplamente reconhecida. As notícias chegaram aos camponeses da Sicília, e Garibaldi foi convidado a liderar a revolta dos camponeses com objetivo de uma revolução nacional, obtendo sucesso (Smith, 1985).

As únicas regiões que não haviam sido libertadas eram o Veneto e os Estados Papais. Cavour queria ocupar essas regiões antes de Garibaldi para conservar poder político. Cavour encontrou Garibaldi no norte de Nápoles, onde viu Garibaldi entregar os poderes do Sul ao rei. Com o acordo e a entrega feita por Garibaldi ao rei, tornou-se um símbolo

de um novo Estado – a Itália, então recém unificada. Logo, percebe-se que a unificação foi consequência de uma guerra civil causada por Cavour, que estava disposto a fazer de tudo para vencer com seus conhecimentos políticos, e por Garibaldi, que foi ousado ao invadir os Estados Papais em favor da unificação (Duggan, 2006).

Do ponto de vista constitucional, não houve alteração. O título do rei permaneceu inalterado, a nova capital passou a ser Turim, e o *statuto* Albertino de Piemonte – mais especificamente, do então reino de Piemonte-Sardegna –, a estrutura administrativa, os impostos e os tratados comerciais estenderam-se por toda a Itália. A legislação também permaneceu, aguardando a criação de códigos legais unificados, mas leis fundamentais, como as da educação e de segurança, foram aplicadas em todo o país. A constituição foi substituída apenas em 1948, pela Constituição da República Italiana (Tagliapietra, 2022).

Foram introduzidas novas tarifas comerciais com a finalidade de estimular o livre comércio, o que gerou dificuldades para o Sul, onde o setor manufatureiro era frágil e dependia dessa proteção para sobreviver, levando ao fechamento de muitas fábricas e oficinas de artesanato. Em 1860, o governo italiano enfrentou uma enorme dívida, e os ministros tentavam equilibrar o orçamento, o que resultou em um grande aumento na carga fiscal. Além disso, o governo aumentou a receita implementando o confisco de propriedades religiosas e comunais. Nos primeiros quinze anos da unificação, a renda *per capita* permaneceu estática, mas em comparação com outros países, a Itália estava mais avançada. O problema do novo Estado estava nas questões sociais. A classe governante não tinha muitas características distintivas em comparação com outros países, o que a tornava mais restrita e gerava insegurança e sensação de vulnerabilidade (Duggan, 2006).

A região Sul causava preocupação para os governantes, pois protestava contra a política e apresentava diversas questões de cunho social que chamavam a atenção negativamente. Lupo (2011) explica que era muito presente o debate acerca da importância reduzida do Sul italiano em relação ao restante da Itália, do ponto de vista econômico e social. A discussão acerca das desigualdades entre as regiões italianas será melhor explorada na seção a seguir.

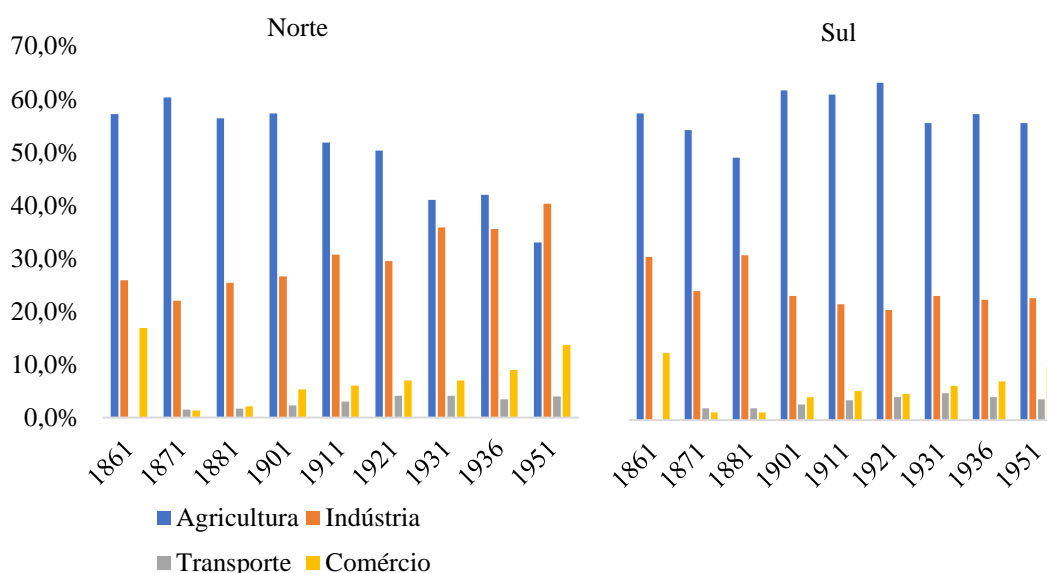
### **3.2. Análise das desigualdades regionais italianas: *la questione meridionale***

Conforme a discussão da subseção anterior, a unificação italiana levou à união de províncias que tinham aspectos históricos e geográficos muito distintos entre si. A parte Norte do país tradicionalmente servia como ponto para importantes rotas comerciais de

toda a Europa, e por esse motivo tornou-se relativamente mais industrializada ao longo do tempo em relação ao Sul, que manteve na agricultura sua principal atividade econômica. Ademais, mesmo com relação à agricultura, o clima do Sul é mais quente e seco em comparação ao Norte, o que também exerce influência sobre a produtividade.

Mas não se pode deixar de mencionar que as duas regiões na época da unificação tinham perfis semelhantes com relação à distribuição da população nos setores de agricultura, comércio, transporte e indústria. No gráfico a seguir é possível perceber a evolução da população ativa distribuída nos mencionados setores desde a época da unificação até a década de 1950. É possível perceber que a redução do percentual da população na agricultura no Norte foi reduzida com o passar dos anos após a unificação, enquanto a parte meridional conservou o mesmo patamar.

**Gráfico 1 – Distribuição da população ativa nos setores da economia (1861-1951)\***



**Fonte:** Associazione per lo Sviluppo dell'Industria nel Mezzogiorno (1954, *apud* Eckaus, 1960).

\*Dados com base no censo da população italiana.

\*\*No ano de 1861, a estatística de Indústria refere-se à soma indústria + transporte, e a estatística de comércio refere-se à soma comércio e outros setores, pois os dados para este ano foram disponibilizados apenas de maneira agregada.

De acordo com Eckaus (1960), os dados do gráfico anteriormente apresentado podem dar margem para a defesa da tese de que as condições econômicas do Norte e do Sul italianos eram similares à época da unificação, o que sugere que o desenvolvimento posterior, em termos de políticas aplicadas às duas regiões, é que determinaram as diferenças observadas atualmente. Entretanto, em seu trabalho são analisados diversos outros dados

que podem sinalizar as reais condições econômicas das mencionadas regiões italianas antes, durante e depois da unificação, tais como extensão em quilômetros das estradas em ambas as regiões na época da unificação, a produção de setores como o de cereais, o de mineração, o de metalurgia, além de estatísticas a respeito do que chama de “patrimônio zotécnico”, que representa dados relevantes da pecuária. Após a avaliação das mencionadas estatísticas, verifica-se que apenas o retrato anteriormente reproduzido acerca da distribuição da população ativo pelos setores sinaliza semelhanças entre Norte e Sul, ao passo que todas as demais já demonstram que a região Norte apresentava estatísticas mais favoráveis.

Um dado relevante apresentado é sobre o analfabetismo, reproduzido na tabela a seguir. É possível notar que as taxas de analfabetismo em 1871 são maiores no Sul em relação ao Norte, e Eckaus (1960) atribui essa diferença ao fato de que a educação elementar era muito mais difundida no Norte do que no Sul. A relevância dessa análise está em compreender que não apenas indicadores que relacionados à economia em si podem lançar luz a respeito das diferenças de desenvolvimento observadas na Itália, mas características sociais devem ser analisadas com muito cuidado.

**Tabela 1 – Analfabetismo na Itália em 1871**

| Região | Analfabetos a cada 100 habitantes, com idade superior a 6 anos | Analfabetos de cada 100 visitados na leva de terra* de 1871 |
|--------|--|---|
| Norte  | 54,2%  | 24,0%   |
| Sul    | 84,1%  | 58,8%   |

**Fonte:** Associazione per lo Sviluppo dell'Industria nel Mezzogiorno (1954, *apud* Eckaus, 1960).

\*A expressão “leva de terra” pode ser traduzida literalmente como “pá de terra”, mas significa uma unidade de medida que quantifica o trabalho físico ou a quantidade de material a ser movimentado.

Por fim, Eckaus (1960) entende que, embora não se possa partir de uma premissa absolutamente certa sobre as diferenças entre as regiões, considerando que, a despeito dos dados apresentados, ainda pode-se identificar uma escassez de informações para a época, principalmente no que se refere a informações comparáveis entre os períodos e entre as regiões, é possível verificar superioridade em termos de produção e de renda *per capita* do Norte em relação ao Sul já na época da unificação. Com base nessa visão é que este estudo argumenta que as diferenças entre ambas as regiões já existiam naquele momento da história.

Ainda do ponto de vista geográfico, é mais ao norte do país que estão as fronteiras com outras economias da União Europeia, no caso, França, Suíça, Eslovênia e Áustria, o que

facilita as atividades comerciais não apenas com estes países citados, mas com as demais economias do continente. Também é possível constatar que as classes mais favorecidas economicamente exerceram influência para que fosse possível alocar mais recursos na região Norte da Itália após a unificação, dado que já concentrava-se ali a parcela da população que estava envolvida com atividades econômicas mais dinâmicas. Do ponto de vista industrial, por exemplo, os alicerces já estavam mais consolidados no Norte, o que fornecia, na visão do governo, um caminho mais ágil para o desenvolvimento do país, dado que seria preciso competir com os demais parceiros comerciais da Europa.

Com o desenvolvimento latente do Norte italiano, muitos habitantes do Sul migraram para a parte Norte em busca de melhores condições de trabalho, com vistas a galgar uma melhor colocação econômica e social, o que também favoreceu o movimento de concentração econômica e de recursos humanos no Norte do país. Após a unificação italiana, investimentos em infraestrutura no país foram direcionados para a parte Norte, em razão de abranger cidades como Milão e Turim que, conforme já discutido, tinham maior relevância do ponto de vista econômico, principalmente no que tange o comércio. Cafagna (2011) explica que no que se refere ao comércio da seda, por exemplo, 75% da produção de seda que seria destinada à Europa Central na época da unificação estava localizada na parte setentrional da Itália. O destino não seria o mercado italiano, e a principal saída para o restante da Europa também seria pelo Norte.

A chamada *questione meridionale*, discutida por Gramsci (2019), trata das condições sociais desfavoráveis observadas no Sul da Itália, com maiores índices de pobreza, de desigualdade de renda, maiores taxas de analfabetismo, menos acesso à educação de qualidade, dentre outros fatores que impulsionavam a migração para o Norte. O argumento principal de Gramsci (2019) é que as condições históricas de formação da Itália criaram uma dependência do Sul em relação ao Norte pelos motivos já citados, interpretando a relação entre as duas regiões a partir do “domínio” do Norte em relação ao Sul.

Um ponto interessante da discussão de Gramsci (2019) é abordar de que forma os fatores culturais impactaram e continuam influenciando o que foi observado como domínio do Norte em relação ao Sul italianos, de forma que os costumes, a visão de mundo e até mesmo o idioma originados no Norte tenham sido impostos ao Sul. Sobre esta questão específica, vale lembrar que a língua é considerada um dos elementos que contribui para a formação da identidade de um povo.



No caso da Itália, a despeito de cada uma das regiões ter dialetos particulares, o que hoje se conhece como idioma italiano e foi padronizado como idioma do país – originado do dialeto toscano, portanto, representando a cultura da parte Norte – não era a língua principal para muitos italianos, principalmente nas regiões do Sul. Assim, impor o italiano para o restante do país foi considerada uma forma de delegar a um segundo plano a importância dos dialetos do Sul, criando até mesmo uma barreira para o aprendizado e limitando a comunicação com os locais que concentravam boa parte dos recursos relevantes para o desenvolvimento.

### **3.3.Aspectos econômicos da Itália e a atuação na União Europeia**

A Itália destaca-se como um dos países membros da União Europeia desde os elementos iniciais da formação do bloco europeu, que remontam aos anos 1950, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Desde então, acompanhando a evolução para o que se conhece hoje como União Europeia, a Itália nunca deixou de integrar os países membros do bloco (ou denominação anterior que equivallesse ao conjunto de países da Europa que buscavam integração de alguma forma). Também esteve entre os primeiros países que aderiram à Zona do Euro, no final da década de 1990 (União Europeia, s. d.).

Do ponto de vista econômico, a Itália é um país que historicamente possui posição privilegiada do ponto de vista geográfico, tendo sido responsável por mediar diversas rotas comerciais ao longo da evolução do continente, tanto no que se refere ao comércio interno à Europa, como com relação ao norte da África e adjacências. Atualmente, a posição geográfica do país também tem servido como argumento para os principais debates que ocorrem em âmbito mundial acerca da imigração, de forma que a política italiana nesse quesito precisa ser estratégica, de forma a atender aos interesses do país, mas também satisfazer o que o bloco econômico como um todo entende como benéfico aos agentes envolvidos.

Em termos econômicos, a Itália contribui com pouco mais de 12% do Produto Interno Bruto da União Europeia (Eurostat, 2023). Além disso, o país é um dos maiores contribuidores em relação ao orçamento do bloco econômico, tendo recebido menos do que envia para a União Europeia em 2002, último ano para o qual há dados disponíveis, sendo que esse envio superior ao recebimento já tem sido algo observado no país há alguns anos (Comissão Europeia, 2022).

Do ponto de vista das relações comerciais, alguns dos países que mais importam da Itália também estão na União Europeia, sendo o principal deles a Alemanha, seguida pelos Estados Unidos, a França, a Espanha e o Reino Unido. Analisando as importações italianas, os principais parceiros comerciais são a Alemanha, seguida pela França, a China, a Holanda e Espanha. As principais mercadorias exportadas são relacionadas à maquinário e a produtos químicos, enquanto o que lidera as importações do país são produtos relacionados ao petróleo (OEC, 2022).

Considerando a atuação italiana no bloco econômico em relação às decisões administrativas, os deputados italianos correspondem a quase 10% do total do parlamento europeu (Comissão Europeia, 2022). Ademais, o país é o terceiro mais populoso da União Europeia, com 58,9 milhões de habitantes, ficando atrás apenas da Alemanha e da França (União Europeia, 2023).

Outro dado relevante é o Investimento Direto Estrangeiro. A Itália tem nos Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Luxemburgo e Holanda, respectivamente os cinco países nos quais mais investiu em 2022 e, em contrapartida, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha e Reino Unido, são os cinco países que mais investem na Itália, todos eles da União Europeia (Banca D'Italia, 2022).

As informações apresentadas nesta seção apenas ajudam a ilustrar a influência econômica da Itália com relação aos demais países do bloco europeu, e indicam elevada relevância para o país do ponto de vista das relações internacionais, dado que é possível verificar que países com economias fortes são alguns dos principais atores do ponto de vista econômico, especificamente na parte comercial. Além disso, os números sinalizam o elevado poder da Itália no que se refere a decisões que impactem os demais países do bloco europeu, assim como o impacto negativo que a União Europeia teria sem a participação italiana.

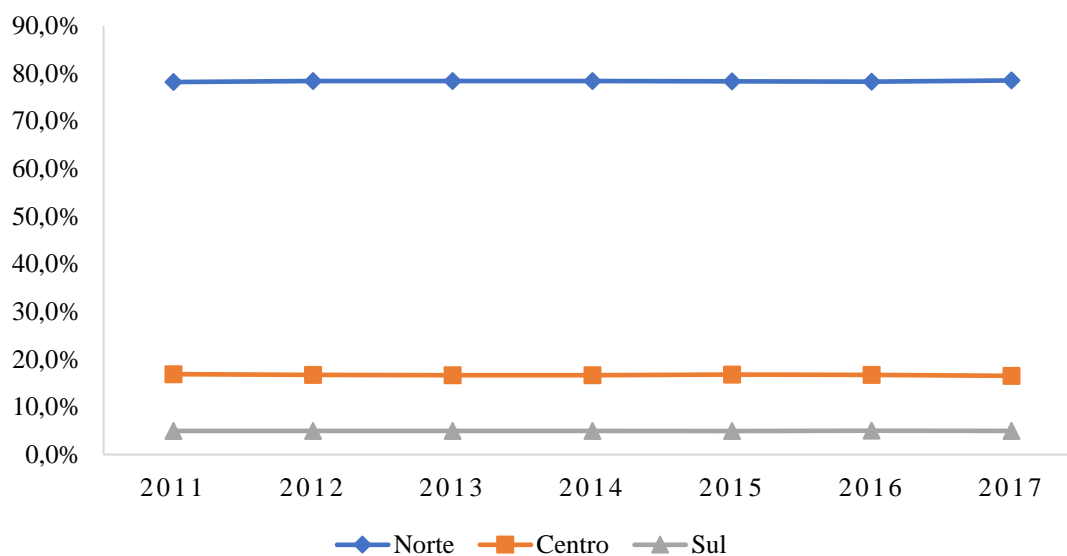
A seguir, será avaliado de que forma os dados até aqui discutidos podem ajudar a visualizar o quanto as desigualdades internas prejudicam as relações internacionais italianas com o restante do bloco, de maneira a verificar como a influência italiana na União Europeia seria impactada caso houvesse atenuação das desigualdades regionais.

### **3.4.Desigualdades regionais e avaliação do impacto nas relações internacionais**

Esta seção aplica os conceitos discutidos no referencial teórico, a fim de fornecer um panorama sobre os impactos das desigualdades internas à Itália. Retomando a Teoria da Modernização, pode-se argumentar que o mencionado processo gradual de transição de uma economia em termos de desenvolvimento econômico pode ser observado no caso italiano, ao comparar o Norte mais industrializado com o Sul mais dependente da agricultura. Ainda guardando os devidos cuidados de se aplicar uma teoria que tratava sobre países diferentes, e não sobre regiões de um mesmo país, no caso italiano regiões com características diferentes do ponto de vista social, econômico, histórico e cultural foram consolidadas como país por meio de um processo de unificação, que não necessariamente tinha como preocupação central atenuar as diferenças entre as regiões, mas sim unificar a identidade de uma nação, além de superar a fragmentação política existente anteriormente, a fim de transformar o conjunto de estados independentes em uma potência capaz de competir com os demais parceiros comerciais.

Além disso, considerando ainda a mesma teoria, a transferência de tecnologia que pode ocorrer dos países considerados desenvolvidos para os países em desenvolvimento também pode ser utilizada como ferramenta para compreender as disparidades entre Norte e Sul, dado que o país adotou tecnologia de países mais desenvolvidos, e também recebe quantidade significativa de IDE desses países. No entanto, o Norte do país é mais beneficiado historicamente com os investimentos recebidos, conforme é possível perceber apenas observando o recorte temporal ilustrado por meio do gráfico a seguir. Isso ocorre em razão dos motivos citados no tópico 3.2, que envolvem as características comerciais, industriais e sociais dessa região.

**Gráfico 2 – Percentual de empresas italianas com participação estrangeira, considerando a sede principal da empresa investidora**



**Fonte:** REPRINT Politécnico de Milão ICE (2017).

Ao analisar os indicadores do *Fragile State Index* do *Fund for Peace* (FSI, 2023) para a Itália, é possível perceber que, no *ranking* geral, o país é 33º em termos de “fragilidade”, considerando 179 países analisados. Quanto maior o valor apresentado por cada um dos indicadores que compõem o índice, pior é a situação do país naquele aspecto. Os indicadores mais relevantes para esse resultado são o de Declínio Econômico (E1), que avalia dados como a renda *per capita*, PIB, taxas de juros, inflação, investimento estrangeiro, dívida pública, desvalorização da moeda, desemprego, entre outros, buscando ilustrar o cenário econômico e financeiro do país. A Itália apresenta o indicador de 5,4, sendo o quarto país com o indicador mais elevado dentro do bloco da União Europeia.

Outro valor que chama a atenção é o do indicador de Pressões Demográficas (S1), que expressa as pressões às quais o Estado está submetido por parte da população do ambiente no qual está envolvido, avaliando aspectos populacional, de saúde pública, de alimentação e nutrição, do meio-ambiente e disponibilidade de recursos. A Itália apresenta o valor de 3,6 nesse indicador, o que a coloca como o terceiro país da UE com o indicador mais elevado (FSI, 2023).

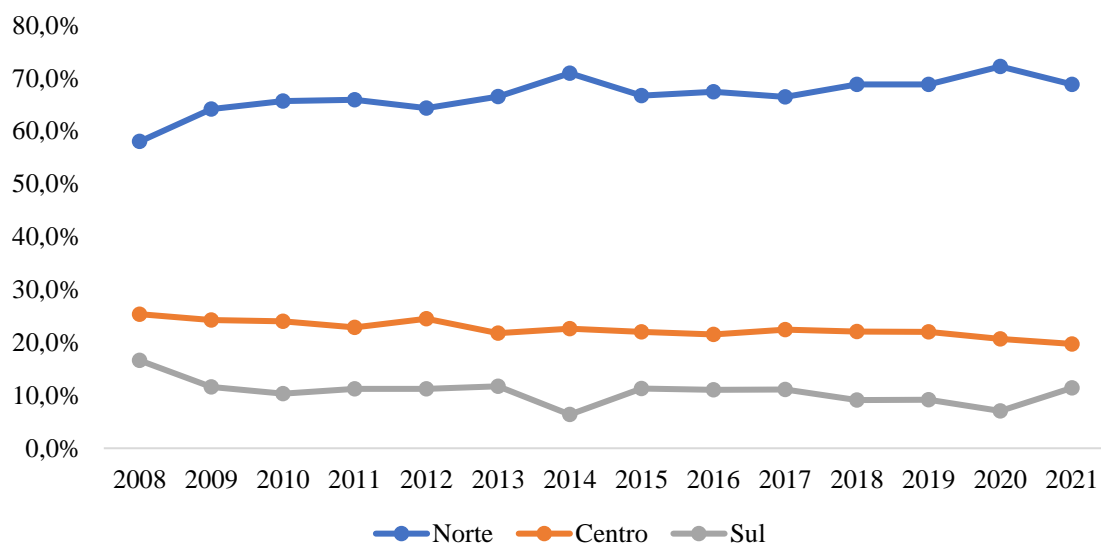
Ainda vale mencionar a posição italiana com relação ao indicador de Serviços Públicos (P2), que está relacionado à prestação de serviços do Estado para a população, também contemplando esferas como saúde, transporte, energia, *internet*, etc, no qual a Itália ocupa

a quarta posição, e o indicador de Aparato de Segurança (C1), no qual a Itália mostra o valor mais elevado em comparação aos demais países da UE (FSI, 2023).

Pela posição geral da Itália, o país está na categoria de países mais estáveis, o que não denota uma situação ruim, quando comparado ao restante do mundo. No entanto, considerando os resultados específicos de cada indicador, há pelo menos um deles em cada uma das esferas avaliadas – política, social, econômica e de coesão – que chamam a atenção, e que podem indicar pontos a melhorar, bem como características específicas da história e do desenvolvimento econômico do país.

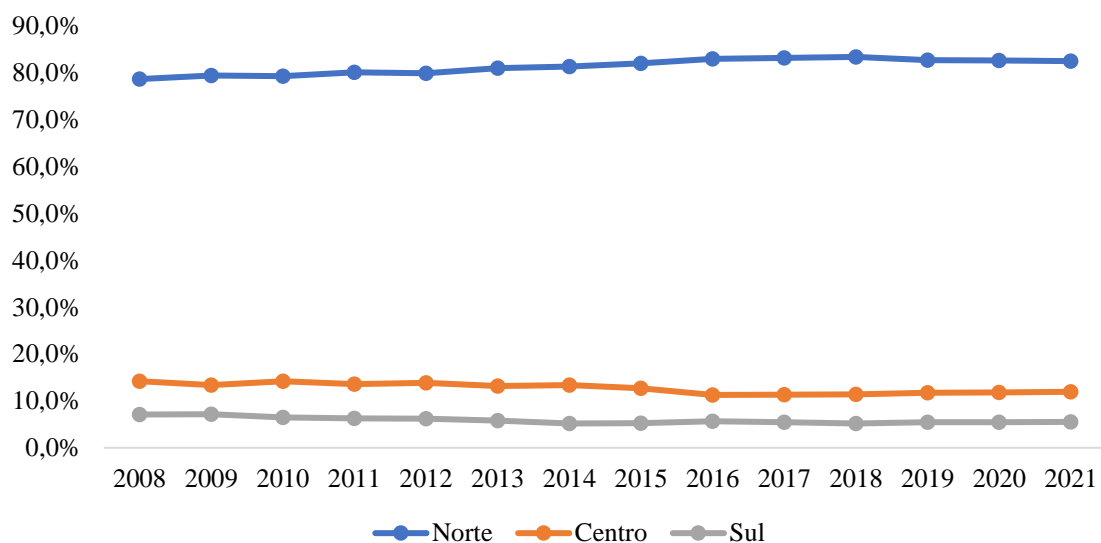
Foi visto também que equipamentos e maquinário, e produtos químicos, são as principais mercadorias exportadas pela Itália (OEC, 2022). Esses produtos possuem alto valor agregado, e a tecnologia envolvida no processo está diretamente relacionada à qualidade do que será produzido. Novamente, é possível dizer que a região Norte concentra a base industrial do país. Como exemplo, a seguir visualiza-se a estatística de valor adicionado por setor de atividade, analisando cada uma das regiões italianas.

**Gráfico 3 – Valor adicionado para o setor de fabricação de coque e produtos derivados do refino de petróleo, fabricação de produtos químicos e farmacêuticos**



**Fonte:** Istat (2023).

**Gráfico 4 – Valor adicionado para o setor de fabricação de computadores, produtos eletrônicos e óticos, fabricação de equipamentos elétricos, fabricação de máquinas e equipamentos, não classificáveis em outra categoria**



**Fonte:** Istat (2023).

Os dados dos dois gráficos anteriores ajudam a verificar que os produtos mais exportados pela Itália têm a base de produção na região Norte, o que pode indicar vantagens comparativas para a produção dessas mercadorias em relação a outros produtos – não deixando de ressaltar o cuidado de que a teoria das vantagens comparativas retrata algo estático e considerando apenas os recursos de produção disponíveis, enquanto a realidade de um país atualmente precisa levar em conta uma série de outras características a fim de determinar o que será produzido com maior ênfase.

Ademais, esses resultados são observados em razão dos fatores históricos de formação do país já discutidos, ou seja, a região que recebe mais investimentos, tem melhor qualidade de educação, mais tecnologia, acaba se especializando em mercadorias com maior valor agregado, tendo como consequência uma contribuição maior para a geração de riqueza no país. Quando observa-se o Sul italiano, e verifica-se uma contribuição em termos relativos tão abaixo do observado no Norte, deve-se considerar fatores como a qualificação da mão de obra, a infraestrutura, bem como a falta de diversificação econômica. Como foram direcionados investimentos ao Sul ao longo dos anos, por parte do Estado, na tentativa de atenuar as disparidades, e esse movimento não foi observado, pode-se entender que, ou os esforços de investimentos foram insuficientes, ou foram mal administrados/aplicados na região, uma vez que as desigualdades se fortaleceram.

Conforme visto no gráfico anterior a concentração de investimento estrangeiro no Norte italiano também limita a capacidade de crescimento e de inovação das empresas localizadas no Sul, além de criar um ciclo, considerando que a baixa capacidade de atração de investimentos resulta em um menor crescimento econômico, que diminui ainda mais a capacidade atrair investimentos, e assim sucessivamente.

Em termos de relação com o bloco econômico europeu, pode-se dizer que a correção das desigualdades regionais italianas é um dos objetivos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que tem como objetivo central promover a coesão econômica, social e territorial da União Europeia, sendo uma das principais metas a redução dos desequilíbrios regionais. Para o período 2021-2027, o fundo pretende estimular a competitividade, a sustentabilidade, a inclusão social, dentre outras variáveis (European Commission, s. d.).

Especificamente sobre a competitividade, a condição da região Sul da Itália em termos de desenvolvimento quando comparado ao Norte prejudica a competitividade do país perante o bloco europeu, afetando a contribuição específica da Itália para a União Europeia na esfera econômica. Um primeiro fenômeno que pode ser observado nesse caso é a fuga de cérebros, levando a uma migração do Sul para o Norte – o que já foi registrado e mencionado ao longo da história italiana. Quando essa tendência é identificada, o declínio econômico da região a partir da qual ocorre a “fuga” intensifica-se.

Além disso, a própria capacitação profissional também é negativamente impactada, uma vez que mais recursos são destinados para outra região. Com a mão de obra menos qualificada, a produtividade é afetada, reduzindo, conseqüentemente, a competitividade do país de forma geral.

Outro fator discutido nesta seção, com base no trabalho de Eckaus (1960) foi a infraestrutura da Itália desde à época da unificação. Foi mencionado que com relação às estradas, por exemplo, o Norte já apresentava uma situação superior à do Sul, em razão dos papéis que desempenhava no que se refere a rotas comerciais. Atualmente, as condições da infraestrutura de transporte continuam piores no Sul italiano, expondo que as cidades do Norte tendem a gastar mais para a manutenção e construção de estradas em relação ao Sul (Openpolis, 2023). Isso não significa dizer que as cidades que gastam mais têm necessariamente uma condição melhor, nem atesta que não houve melhora ao longo dos anos, apenas que a disparidade ainda persiste. Assim, vale lembrar que quanto menor

a qualidade da infraestrutura de transporte, maiores os custos para operar nela, o que também reduz a competitividade das empresas.

No que tange à sustentabilidade almejada pela União Europeia, a migração para uma mesma região em razão de busca de melhores condições de vida, bem como a concentração de atividades industriais e derivadas nesse mesmo local, causa uma pressão maior na região, o que pode trazer impactos ambientais significativos em termos de poluição, exploração de recursos naturais, consequências da urbanização, enquanto as regiões menos desenvolvidas também sofrem consequências de degradação ambiental em razão de pobreza e de falta de recursos.

Por fim, no que se refere à comunicação, a infraestrutura volta a ser um caminho crucial para que a conectividade e a digitalização possam ser concretizadas à contento, prejudicando aspecto de coesão entre os países membros, bem como a eficácia de políticas e programas da UE, podendo gerar ressentimento e desconfiança entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, também podendo resultar em enfraquecimento do projeto do bloco europeu como um todo.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como objetivo principal entender de que forma as desigualdades regionais italianas impactam as relações internacionais do país, com ênfase nas consequências econômicas e perdas potenciais para o bloco de países da União Europeia com um todo. Foi possível compreender que as desigualdades entre as regiões Norte e Sul da Itália já estavam presentes antes da unificação. Ao longo da segunda metade do século XIX e do século XX, essas desigualdades se intensificaram.

Destaca-se a importância de compreender e abordar as desigualdades regionais internas à Itália e seu impacto nas relações internacionais, especialmente dentro da União Europeia. Seria relevante sinalizar a necessidade de políticas que visem mitigar as disparidades econômicas e sociais entre as regiões do país, a fim de promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. No entanto, deve-se utilizar as políticas anteriores como parâmetro, no sentido de mapear o que não deu certo ou o que não teve a eficácia esperada, para que se possa utilizar mecanismos mais adequados ao caso italiano.

Além disso, é importante reconhecer as especificidades de cada região e a necessidade de políticas públicas que levem em consideração fatores históricos, culturais e sociais, além



dos aspectos econômicos, a fim de promover desenvolvimento econômico mais equilibrado em todo o país.

Considerando a contribuição econômica da Itália para a União Europeia e como as desigualdades regionais internas podem impactar negativamente o desempenho econômico do bloco como um todo, as sugestões de pesquisas futuras incluem discutir a respeito de como a atenuação das disparidades regionais poderia fortalecer a posição da Itália e contribuir para o crescimento econômico e a estabilidade da União Europeia. Além disso, é importante avaliar o impacto das desigualdades internas nos casos de outros países da UE, como é o caso da Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal.

Como limitações deste estudo, indica-se o caráter qualitativo da abordagem, no sentido de não permitir generalizações de resultados, bem como de não apresentar resultados numéricos acerca dos possíveis ganhos e perdas para a União Europeia em razão das desigualdades regionais italianas, dado que a discussão tem caráter teórico e exploratório.

## Referências

AVRICHIR, I.; CALDAS, M. P. Discussão da validade da Teoria de Competitividade Nacional de Porter a partir do caso Embraer. In: **XXV Encontro da ANPAD**, 2001, Campinas, CD-ROM. Anais do XXV Encontro da ANPAD. Campinas: ANPAD, 2001.CD-ROM.

BANCA D'ITALIA. **Investimenti diretti per paese controparte**. 2022. Disponível em: <https://www.bancaditalia.it/statistiche/tematiche/rapporti-estero/investimenti-diretti/index.html?dotcache=refresh>. Acesso em: 16 mai. 2024.

BARBIERI, F. ; FEIJÓ, R. L. C. **Metodologia do pensamento econômico**: o modo de fazer ciência dos economistas. São Paulo: Atlas, 2013.

CALL, C. T. The Fallacy of the 'Failed State'. **Third World Quarterly**, Londres, v. 29, n. 8, p. 1491–1507, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. **Despesas e receitas da UE no período de 2021-2027**. 2022. Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/long-term-eu-budget/2021-2027/spending-and-revenue\\_pt?prefLang=pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/long-term-eu-budget/2021-2027/spending-and-revenue_pt?prefLang=pt). Acesso em: 16 mai. 2024.

DÍAZ, L. M. Instituições do estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, A.; CATTANI, D. (org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: CLACSO, 2007. p. 125–150.

DUGGAN, C. **História concisa da Itália**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016.

ECKAUS, R. S. L'esistenza di differenze economiche tra Nord e Sud d'Italia al tempo dell'unificazione. **Moneta e credito**, Roma, v. 13, n. 51, 1960.

EUROPEAN COMMISSION. **European Regional Development Fund**. s. d. Disponível em: [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/funding/erdf\\_en](https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/erdf_en). Acesso em: 16 mai. 2024.

EUROSTAT. **Gross domestic product (GDP) at market prices - annual data**. 2023. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tipsau10/default/table?lang=en&category=tips.tipsgd>. Acesso em: 16 mai. 2024.

FSI – FRAGILE STATES INDEX. **Country data**. 2023. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/country-data/>. Acesso em: 16 mai. 2024.

GASTALDI, V. P. Cavour e la strategia dell'unificazione (1850-1861). **Il Politico**, Pavia, v. 54, n. 3, jul./set., p. 391–407, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GILMAN, N. Modernization theory never dies. **History of Political Economy**, Durham, v. 50, n. S1, p. 133–151, 2018.

GRAMSCI, A. **Questione Meridionale**. Raleigh: Aonia Edizioni, 2019.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HELMAN, G. B.; RATNER, S. R. Saving failed states. **Foreign policy**, Washington D. C., n. 89, p. 3–20, 1992.

IEVA, F. **Il Piemonte risorgimentale nel periodo preunitario**. Roma: Viella, 2015.

ISTAT - ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. **IstatData**. 2023. Disponível em: <https://esploradati.istat.it/databrowser/#/>. Acesso em: 16 mai. 2024.

IZEPÃO, R. L.; BRITO, E. C.; BORGES, L. R. Friedrich List (1789-1846) e o sistema nacional de economia política. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 25–48, 2019.

LUCIANO CAFAGNA. 1.3. Nord e Sud nella storia dell'Unità d'Italia. **Rivista giuridica del Mezzogiorno**, Bologna, n. 1, p. 49–68, 2011.

LUPO, S. L'unificazione italiana: Mezzogiorno, rivoluzione, guerra civile. Donzelli Editore, 2011.

OECD - OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Italy**. 2022. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ita?yearlyTradeFlowSelector=flow0>. Acesso em: 16 mai. 2024.

OPENPOLIS. **I divari territoriali tra nord e sud sulla viabilità stradale**. 2023. Disponível em: <https://www.openpolis.it/i-divari-territoriali-tra-nord-e-sud-sulla-viabilita-stradale/>. Acesso em: 16 mai. 2024.

PAULA, J. A. A ideia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, p. 219–235, 2008.

REPRINT - POLITECNICO DI MILANO – ICE. **Dati su Investimenti Diretti Esteri (IDE)**. 2017. Disponível em: <https://www.ice.it/it/statistiche/Ide.aspx#>. Acesso em: 16 mai. 2024.

RICUPERATI, G. L'Unità d'Italia attraverso lo stato sabaudo e le radici settecentesche di questo processo. In: IEVA, F. **Il Piemonte risorgimentale nel periodo preunitario**. Roma: Viella, 2015. p. 13–41.

ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

SCHNEIDER, A. B.; CARNEIRO, M. L.; SERRA, F. A. R.; FERREIRA, M. P. Estratégia competitiva: Michael Porter 30 anos depois. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 298–326, 2009.

SIQUEIRA, A. P. C. **Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos**. 2019. Dissertação - Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unirio.br/acessoinformacao/ppgcp/UmaAnliseCrticadaTeoriadeEstadosFalidos.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SMITH, D. M. **Cavour and Garibaldi 1860: a study in political conflict**. Cambridge University Press, 1985.

TAGLIALENHA, G. H. Análise histórica, jurídica e sociológica da unificação italiana: antecedentes, processo e consequências. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica**, Presidente Prudente, v. 18, n. 18, 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **História da União Europeia 1945-59**. s. d. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59_pt). Acesso em: 16 mai. 20